



CPI exclusiva da Petrobras pode ser instalada na próxima terça

Renan Calheiros pediu aos líderes no Senado que indiquem membros para a comissão, mas ainda está pendente decisão sobre participação de deputados

Reunião de líderes na Câmara e no Senado deverá determinar se comissão parlamentar de inquérito será composta apenas por senadores, como defende a base aliada ao governo, ou também por deputados, opção preferida pela oposição. Presidente do Senado afirmou que pretende recorrer ao Plenário do STF da decisão da ministra Rosa Weber a favor da CPI exclusiva e contra a CPI ampla. **3**



Moreira Mariz/Agência Senado

Mesmo anunciando a decisão de instalar a CPI exclusiva, Renan (centro, no alto) disse que vai recorrer ao Pleno do STF para pacificar entendimento sobre o tema

Guarieris/Grandis



Técnicos receberão o correspondente a 10% de cada atleta, segundo texto aprovado na Comissão de Educação e Cultura

Projeto estende Bolsa-A atleta a treinadores

Seguiu para a Câmara substitutivo de Paulo Paim a projeto do Senado que garante a treinadores os benefícios do Pro-

grama Bolsa-A atleta. Valor será equivalente a 10% do recebido pelos atletas treinados, com o máximo de dez bolsas. **7**

Governo apresenta medidas para evitar interferência do 4G em TV digital **11**

Leilões de linhas de transmissão poderão exigir licença ambiental prévia **10**

Comissão quer apurar morte de torturador

Hipótese de crime comum na morte do coronel Malhães foi questionada por senadores da CDH, que vão ao Rio de Janeiro acompanhar investigações da polícia civil. **9**



Ana Rita ouviu o presidente da Comissão da Verdade do Rio, Wadih Damous

Carga tributária para micros e pequenas empresas será mais leve **6**

Plenário aprova financiamentos para programas federais **5**

Para Miriam Belchior, 2015 será o ano da retomada

Em debate sobre as diretrizes orçamentárias, ministra do Planejamento apresenta previsão otimista para a economia. **4**

Na Comissão Mista de Orçamento, ministra Miriam Belchior prevê crescimento no mundo e no Brasil



Pedro Franco/Agência Senado

Juiz do CNJ defende ajustes no Código Penal para coibir protesto violento **8**

Senado escolhe o consultor Bruno Dantas como ministro do TCU **2**



Consultor legislativo Bruno Dantas comemora aprovação de seu nome como ministro do Tribunal de Contas da União

Plenário aprova indicação de Bruno Dantas para TCU

Consultor legislativo do Senado, apresentado pela base aliada do governo, recebeu 47 dos 60 votos possíveis e será analisado agora pela Câmara. Vaga foi aberta pela aposentadoria de Valmir Campelo

O CONSULTOR LEGISLATIVO do Senado Bruno Dantas foi aprovado ontem, pelo Plenário, para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). A indicação segue agora para votação na Câmara. Os senadores escolheram entre três técnicos sabatinados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no dia 23. Com 47 votos, Dantas deve ocupar a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Valmir Campelo. Além de Dantas, indicado pelos senadores aliados do governo, foram considerados aptos para o cargo o consultor

de Orçamento Fernando Moutinho, indicado pela oposição, e o auditor do TCU Sérgio da Silva Mendes, indicado pelo senador Vicentinho Alves (SD-TO). Moutinho obteve 11 votos e Mendes, 2 votos. Antes das indicações técnicas, o nome sugerido havia sido o do senador Gim (PTB-DF), que abriu mão da indicação depois de protestos e críticas dos servidores do TCU. Consultor legislativo da área de direito civil e processo civil desde 2003, Dantas é graduado em direito, com especialização em direito civil e mestrado e doutorado em direito proces-

sual civil. Ele já representou o Senado no Conselho Nacional do Ministério Público e no Conselho Nacional de Justiça. Também é professor universitário. Durante sabatina na CAE, Dantas concordou com a sugestão do líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), sobre a adoção de métodos simplificados, conforme o porte dos municípios, para a avaliação e para a prestação de contas. Em Plenário, a escolha foi feita em cédula de papel, em lista alfabética. A apuração ocorreu logo após a votação.

Mesa decidirá sobre Ala Luis Carlos Prestes na Casa

A mudança do nome da Ala Filinto Müller para Ala Luis Carlos Prestes avançou mais uma etapa ontem, com a aprovação pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Projeto de Resolução do Senado 36/2011. O texto, que já passou pela análise das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), segue agora para a Mesa do Senado. A votação da proposta foi acompanhada pela neta de Luis Carlos Prestes, Ana Prestes. — Que nós desfilemos a nossa liberdade por alas, ruas e avenidas que levem o nome de nossos libertadores, e não de nossos algozes — disse Ana Prestes, ao agradecer a aprovação. O projeto foi apresentado



Ana Maria Prestes agradeceu a aprovação da homenagem a seu avô pela CDH

por Ana Rita (PT-ES) em 2011. Para a senadora, que preside a CDH, diferentemente de Müller, Prestes foi um defensor da democracia e merece a homenagem. Tanto Filinto Müller (1900–1973) quanto Luis Carlos Prestes (1898–1990) foram senadores. Na opinião de Raulfe Rodrigues (PSOL-AP), é

constrangedor que o Senado tenha uma ala com o nome de Filinto Müller. João Capiberibe (PSB-AP), por sua vez, contou que é doloroso para ele ver o nome de um torturador estampado na Casa. No relatório, Humberto Costa (PT-PE) avaliou que o projeto assegura o direito à memória e à verdade.

Senado fará manutenção da rede elétrica dos prédios

O vice-presidente do Senado, Jorge Viana, anunciou na quarta-feira passada que não haverá expediente na Casa nesta sexta-feira, 2 de maio, devido a manutenção da rede elétrica dos prédios do Senado. A interrupção deixará fora do ar o site da instituição na internet. Rádio e TV Senado serão transmitidas normalmente.

Plenário terá sessão deliberativa hoje pela manhã

A sessão deliberativa de hoje terá início às 11h e a ordem do dia, ao meio-dia. O anúncio foi feito pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. A sugestão foi apresentada pelo líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), e acatada pelos demais líderes partidários devido ao feriado do Dia do Trabalho, comemorado amanhã, 1º de maio.

Casildo comemora mandato restituído a ex-prefeito de Chapecó

Exatamente 45 anos depois de ser cassado “sem direito a defesa ou a julgamento”, o mandato de prefeito de Sadi José de Marco foi simbolicamente restituído pela Câmara de Vereadores de Chapecó (SC), ontem. Ao mencionar o fato, Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que Sadi foi eleito vereador muito jovem, em 1962, e em 1965 chegou à prefeitura. Hoje, é advogado em Francisco Beltrão, no Paraná. — Ao longo de sua administração, Sadi José de Marco realizou reformas urbanas, construção de escolas e pavimentação, assim como a criação da Sociedade Amigos de Chapecó — ressaltou.



Minirreforma eleitoral não é suficiente, segundo Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti defende reforma política profunda

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) citou como exemplo de abuso praticado sob as atuais regras eleitorais o uso da máquina pública pelo ex-governador de Roraima José de Anchieta, que deixou o cargo para concorrer a uma vaga no Senado. Segundo Mozarildo, o ex-governador foi reeleito fraudulentamente em 2010 e chegou a ser cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral, mas recurso aguarda julgamento no Tribunal Superior Eleitoral. O senador defendeu uma reforma política profunda no sistema político. — Nós temos que fazer pelo povo uma moralização da política, e não uma minirreforma eleitoral.



Casildo lembra que direitos políticos de Sadi foram cerceados em 1969

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Medidas provisórias**
11h A pauta continua trancada pela MP 630/2013, que estabelece o Regime Diferenciado de Contratações para todas as licitações e contratos públicos, e pela MP 631/2013, que facilita o repasse de dinheiro para ações de prevenção e recuperação de áreas de risco de desastre.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
12h O senador Renan Calheiros preside a ordem do dia.
- CAS Indicações para agências**
9h A recondução de Jaime César de Moura Oliveira para a Anvisa e a indicação de José Carlos de Souza Abrahão para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) estão na pauta. Logo após, a comissão vota, entre outros, projeto que permite emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social por meio eletrônico.

- CCJ Vandalismo**
10h Na pauta, projeto que aumenta a pena para os crimes de vandalismo em manifestações. Outro item estabelece novo critério quanto ao limite de gastos públicos com publicidade em ano eleitoral.
- CE Amazônia Azul**
10h Audiência pública sobre o projeto de lei do Senado que institui o Dia Nacional da Amazônia Azul. Foi convidado o secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, coronel almirante Marcos Silva Rodrigues.
- DESENVOLVIMENTO URBANO Reforma**
14h A Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano promove debate sobre os desafios da reforma urbana. O evento, na Assembleia Legislativa do Ceará, faz parte do programa de trabalho da subcomissão.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 10h, reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. E, às 11h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Renan Calheiros pediu que os líderes indiquem os integrantes o quanto antes, mas ainda é necessário decidir se ela será mista ou exclusiva do Senado, como quer a base aliada

CPI da Petrobras pode começar na terça-feira

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, pediu ontem que os líderes partidários indiquem os nomes dos senadores que vão compor a comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as denúncias de irregularidades na Petrobras. Renan disse esperar ter os nomes definidos o quanto antes para que a comissão possa começar os trabalhos na terça-feira.

A CPI da Petrobras no Senado será formada por 13 titulares e 7 suplentes. O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), já indicou Alvaro Dias (PR) e Mário Couto (PA). O Bloco União e Força propôs os nomes de Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) e Gim (PTB-DF). O líder do PT, Humberto Costa (PE), informou que formalizará as indicações hoje, mas adiantou que devem ser José Pimentel (CE), Anibal Diniz (AC) e ele próprio.

Recurso

Renan Calheiros afirmou ainda que vai recorrer da decisão liminar da ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber, que determinou a instalação de uma CPI exclusiva da Petrobras.

— Recorro, porque é imperioso pacificar o entendimento do Pleno do STF em torno desta matéria, para que a



Definido o escopo da comissão, se exclusiva sobre a Petrobras ou não, surge um novo embate: a oposição quer incluir os deputados, que já pediram para participar

jurisprudência se sustente — explicou.

CPI Mista

Renan marcou para o dia 6 de maio uma reunião com as lideranças partidárias do Congresso Nacional para definir se a CPI será mista ou formada apenas por senadores. O presidente do Senado recebeu ontem um grupo de deputados federais que pediram uma CPI mista. O líder do PPS na Câmara, Rubens Bueno (PR), argumentou que o trabalho conjunto preserva as relações entre as duas Casas.

— Qualquer retórica que venha substituir a CPI mista

vai deixar a impressão de que a Câmara dos Deputados não está sendo chamada a participar desse debate importante. Além disso, o povo quer a CPI — afirmou o líder do PPS.

Os líderes da oposição defenderam que Renan antecipe essa reunião. Alvaro propôs que o encontro aconteça nesta semana e pediu por uma CPI mista.

— Nós trabalhamos contra o tempo. O calendário deste ano é especial. É o ano em que disputamos eleições. Portanto, há a necessidade de agilização dos procedimentos para que a instalação da CPI mista tenha consequência.

Nós não podemos empurrar adiante — explicou.

O líder do PT, Humberto Costa, por sua vez, quer uma CPI formada exclusivamente por senadores.

— Não há porque nós ficarmos submetidos a uma regra que vá necessariamente envolver a Câmara dos Deputados. O Senado tem legitimidade para fazer a CPI, fazer a investigação e nós vamos ganhar tempo. Estamos já muito próximos à Copa, ao São João e ao próprio recesso parlamentar. Então, se alguém quer investigar, tem que começar agora. O caminho mais rápido é o ca-

minho do Senado — insistiu o parlamentar.

Decisão

Renan Calheiros admitiu a possibilidade de a reunião ser antecipada, como quer a oposição, e reiterou que a decisão de como a CPI deve ser composta não será tomada apenas por ele.

— Qualquer decisão no sentido do esvaziamento de uma comissão parlamentar de inquérito em privilégio da outra não pode ser do presidente do Congresso Nacional. Terá que ser uma decisão coletiva e eu a dividirei com os líderes partidários — assegurou.

Quatro denúncias deverão ser investigadas

O requerimento da oposição para a criação da CPI da Petrobras está centrado na investigação de denúncias sobre quatro irregularidades que teriam ocorrido entre 2005 e 2014.

A primeira irregularidade é sobre possíveis anormalidades na compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA). A segunda são indícios de pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore para obtenção de contratos junto à Petrobras. A CPI vai ainda averiguar, em

180 dias, se as plataformas de petróleo estariam sendo lançadas ao mar sem uma série de componentes considerados essenciais para a segurança dos equipamentos e dos trabalhadores. Por último, a CPI deve se debruçar sobre denúncias de superfaturamento na construção de refinarias.

Dos 13 senadores titulares e 7 suplentes que comporão a comissão, 3 são da oposição e 10 da base de apoio ao governo, de acordo com Alvaro Dias (PSDB-PR). O PMDB, partido com maior bancada no Senado, indicará quatro dos

integrantes e ainda decidirá se vai presidir ou relatar a CPI.

O líder da legenda, Eunício Oliveira (CE), disse que hoje fará as indicações e também definirá se o PMDB vai ocupar a presidência ou a relatoria da CPI. A partir dessa definição, o PT tem a prerrogativa, por ser a segunda maior bancada no Senado, de escolher o relator ou o presidente, como explicou o líder dos petistas, Humberto Costa (PE).

— Vamos aguardar para ver qual é a decisão do PMDB e a partir daí vamos nos posicionar — disse Humberto.

Simon pede instalação imediata da CPI

Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou ontem que a CPI da Petrobras ainda não tenha sido instalada.

Em Plenário, Simon fez um apelo para que o Supremo Tribunal Federal (STF) envie o mais rápido possível ao Senado a comunicação com a liminar concedida pela ministra Rosa Weber em favor da CPI exclusiva para investigar denúncias de irregularidades na estatal. Na semana passada, a ministra atendeu o pedido da oposição e decidiu a favor da instalação de uma CPI com foco na Petrobras.

— A matéria é importante. Ela está gerando um amplo debate e uma grande discussão. É impressionante que, desde que a oposição entrou com o primeiro requerimento pedindo uma CPI até agora, os fatos se multiplicaram — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Comissão solicita informações sobre contratos da estatal

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) enviará ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, pedido de informações sobre os contratos da Petrobras com o Grupo Schahin nas plataformas de perfuração SS Amazônia e SS Pantanal. Também solicita informações sobre os navios-sonda SC Lancer, Vitória 10000, Cerrado e Sertão, além de outros empreendimentos.

O pedido de informação foi proposto por Ivo Cassol (PP-RO), em requerimento aprovado ontem pela comissão.

O parlamentar explicou que o Grupo Schahin foi condenado a pagar R\$ 1 bilhão como indenização à empresa Centrais Elétricas Belém, pela queda da barragem da Pequena Central Hidrelétrica de Apertadinho, em Rondônia.

Cassol disse temer pelo impacto financeiro da condenação à empresa Schahin e possíveis efeitos negativos sobre os contratos com a Petrobras.



Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia: a CPI visa descobrir se a Petrobras vem colocando funcionários em risco

Em debate na Comissão Mista de Orçamento sobre as diretrizes orçamentárias do próximo ano, ministra do Planejamento traça cenário otimista para a economia até 2017

Miriam Belchior vê 2015 como o ano da retomada no mundo e no Brasil

ENTRE 2014 E 2017, a economia brasileira crescerá 3,4% por ano em média, as reservas internacionais continuarão aumentando, as dívidas pública e externa e a inflação serão mantidas sob controle e o mercado interno, a geração de empregos formais, a renda dos trabalhadores e os investimentos públicos prosseguirão aumentando.

A previsão foi apresentada ontem pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior, em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) sobre o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano que vem.

Para a ministra, 2015 será o ano que marcará o final da crise econômica internacional iniciada em 2008 e o início da retomada do crescimento da economia e do comércio no mundo e no Brasil.

O governo projeta crescimento do PIB de 3% em 2015, salário mínimo de R\$ 779,79 e inflação de 5% (IPCA).

Miriam lembrou que 2013 foi um ano de fortes variações cambiais, decorrentes do anúncio do Fed (Banco Central dos Estados Unidos) de redução das medidas de



Ministra apresenta previsões econômicas na audiência pública da CMO

estímulo à economia, o que trouxe “um grande desafio” para os países emergentes.

Outro desafio, salientou, é a desaceleração da China, fato que aponta para a tendência de acomodação do preço das commodities minerais e agrícolas, comprimindo assim uma das principais fontes de riqueza do Brasil.

— Nossas reservas internacionais vão dar solidez à economia, o que permite lidar de maneira mais efetiva com as ondas de crise internacional.

Na opinião da ministra, o descrédito com a economia brasileira não se justifica, tendo em vista que os números

apontam em sentido contrário, com o crescimento do emprego e dos índices sociais.

Para Miriam Belchior, é necessário ter uma perspectiva histórica em relação à inflação, visto que o custo de vida atingiu índices bem maiores em governos anteriores aos do PT.

Se, por um lado, parlamentares da oposição consideraram muito otimistas os números da ministra, integrantes da base do governo apontaram dados concretos usados para sustentá-los.

Gleisi Hoffmann (PT-PR), por exemplo, disse que as projeções do governo não são otimistas, mas realistas.

Segundo ela, o PT e partidos aliados estão conseguindo proteger o Brasil das crises internacionais desde quando chegaram à Presidência, em 2003. Ela reforçou as afirmações da ministra de que o Brasil “atravessou bem a crise internacional”, tornando a economia menos vulnerável a oscilações externas.

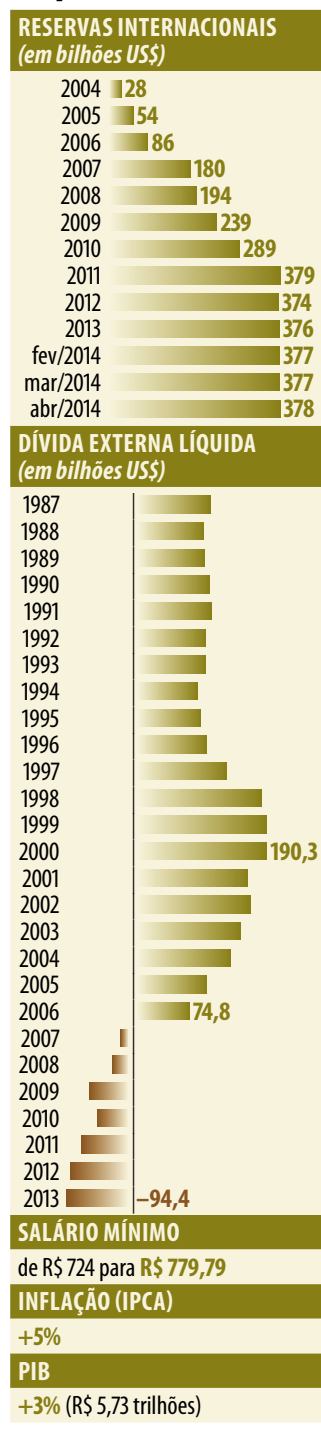
A senadora rebateu insinuações da oposição de que o capital estrangeiro estaria fugindo do país — que, segundo ela, atraiu 4,4% de todo o investimento externo mundial em 2013, ficando entre as cinco nações que captaram mais investimento estrangeiro.

— A solidez dos fundamentos econômicos do Brasil atrai o capital externo — acrescentou Miriam.

Para o deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP), no entanto, o Brasil cresceu muito pouco em 2013, ficando atrás da maioria dos países da América Latina e também de Rússia, Índia, China e África do Sul. Ele classificou de ufanista o otimismo dos governistas.

— O Brasil ficou caro antes de ficar rico, a inflação voltou a aumentar. Estamos com a economia desarranjada — disse.

O país em números



Fonte: MPOG

“Se há muitas prioridades, nada é prioritário”

Questionada pelo relator da LDO, Vital do Rêgo (PMDB-PB), a ministra Miriam Belchior garantiu que o governo conseguirá atingir superávit primário de, no mínimo, 2% do PIB em 2015. A meta para todo o setor público (União, estados e municípios), explicou, é de 2,5% do PIB, ou cerca de R\$ 143 bilhões, podendo oscilar para mais ou para menos.

Para ela, a LDO não é o espaço adequado para estabelecer como prioridade o repasse de recursos a obras setoriais, como estradas e pontes.

— Isso envolve mais lógica do que diretrizes. É preciso discutir o conceito de prioridades. Se há muitas prioridades, nada é prioritário — afirmou.

Para ministra, política social gerou cidadãos de fato

Miriam Belchior também afirmou que o Brasil mudou nos últimos 12 anos e que a política social adotada nesse período gerou cidadãos de fato.

Segundo ela, os brasileiros não querem “voltar atrás”, pois programas como o Bolsa Família tiraram milhões da miséria e da pobreza.

A ministra acrescentou que as desonerações tributárias em estímulo ao consumo foram feitas pelo governo não para retirar recursos dos estados ou dos municípios, mas para atender reivindicações do setor empresarial (em especial o automotivo), com o objetivo de favorecer a competitividade do país.

Em defesa do IBGE e do novo sistema de licitações

A ministra do Planejamento garantiu que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não maquiados e goza de independência técnica na elaboração de pesquisas.

Miriam Belchior disse ainda que o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), utilizado em obras da Copa do Mundo e outros empreendimentos, representa um avanço em relação à Lei de Licitações (Lei 8.666/1993).

— O fato de você não poder fazer aditivo, não analisar item a item, vai permitir a execução mais rápida da obra, assim como a licitação. Na prática, já é o aperfeiçoamento da lei — afirmou.

Valorização de militares, um dos focos do governo

Questionada por membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara sobre distorções na política salarial para militares da ativa e da reserva, a ministra Miriam Belchior afirmou que a valorização dos militares está entre as prioridades do governo Dilma Rousseff.

O orçamento da Defesa dobrou entre 2008 e 2013, afirmou, e hoje os empreendimentos da área estão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para garantir que os cronogramas sejam cumpridos.

Os deputados Izalci (PSDB-DF) e Eduardo Barbosa (PSDB-MG) apoiaram as reivindicações dos militares.

Regra para emendas depende de votação de PEC

Miriam Belchior afirmou ontem que o chamado orçamento impositivo — que obriga o governo a executar emenda parlamentar — não foi incluído na LDO 2015 porque, em 2013, as lideranças da Câmara firmaram acordo com a presidente Dilma Rousseff para que a PEC do Orçamento Impositivo fosse aprovada naquela Casa no primeiro semestre de 2014. Assim, a presidente concordou em não vetar o orçamento impositivo, incluído pelos parlamentares na LDO 2014.

Eduardo Suplicy (PT-SP) informou no debate que a PEC acabara de ser aprovada em comissão especial e que seguiria ao Plenário da Câmara (veja matéria abaixo).

Comissão especial da Câmara aprova orçamento impositivo

A comissão especial do orçamento impositivo na Câmara dos Deputados aprovou ontem o relatório do deputado Edio Lopes (PMDB-RR) sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 358/2013. O relator acatou na íntegra o texto apresentado pelo Senado.

O parecer será enviado para votação em dois turnos no Plenário da Câmara. Se aprovado, segue para promulgação pelas das Mesas da Câmara e do Senado.

A PEC obriga o Executivo a executar as emendas parlamentares individuais até o limi-

te de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) da União, sendo metade do valor dessas emendas necessariamente destinada para “ações e serviços públicos de saúde”, incluídos os atendimentos financiados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Para a execução das despesas, a

quantia é calculada a partir da RCL realizada no ano anterior, ou seja, executa-se em 2014 a proporção de 1,2% do que foi arrecadado em 2013.

O texto exclui a obrigatoriedade de adimplência de estados, do Distrito Federal e de municípios na hipótese de

serem destinatários de transferência obrigatória da União para execução de emendas parlamentares. Ou seja, os deputados e senadores podem destinar recursos para localidades que estejam em cadastro negativo da União.

(Da Agência Câmara)

Programas de investimentos governamentais, como o PAC, receberão R\$ 24 bilhões com a menor taxa de juros possível para títulos do governo. Objetivo é modernização da capacidade produtiva nacional

Waldemar Barreto/Agência Senado



José Sarney, Eduardo Braga, Anibal Diniz, Randolfe Rodrigues e Fernando Collor participam da sessão que aprovou o texto

Plenário amplia verba para financiamentos do BNDES

A LIBERAÇÃO DE R\$ 24 bilhões do Tesouro Nacional para programas de investimentos governamentais foi aprovada ontem pelo Plenário. Financiamentos de longo prazo do BNDES usarão a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) — a menor possível para títulos do governo —, segundo o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/2014, decorrente da Medida Provisória 628/2013.

O recurso deve beneficiar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa de Investimentos em Logística (PIL), o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e a cadeia produtiva do pré-sal. A justificativa é que a continuidade dos financiamentos a juros menores permitirá a expansão e a modernização da capacidade produtiva nacional.

— O objetivo é criar condições para que, neste período de crise econômica interna-

cional, a empresa brasileira possa encontrar condição de expandir atividades — esclareceu o relator na comissão mista que analisou a proposta, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Microempresa

Ferraço destacou trecho do PLV que transfere para o estado do Espírito Santo os ativos do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres), encerrado pela União. Ele explicou que o fundo foi criado em 1969, como um programa de recuperação para diversificar a economia do estado, fortemente prejudicada com a crise do café. Com o tempo, entretanto, o fundo perdeu atratividade. Os ativos agora passados ao estado serão usados para um fundo local de apoio à pequena e microempresa.

A Câmara acrescentou a exigência de que sejam direcionados 35% dos financiamentos do

BNDES com taxas subsidiadas a projetos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Também foi incluída autorização para a participação da União — com 1% — no capital do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. O texto permite ao banco atuar como operador de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste até o funcionamento do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Na comissão mista, a MP sofreu alterações que foram retiradas do texto final na Câmara, no início de abril. O presidente daquela Casa, Henrique Eduardo Alves, amparou-se nas regras de formulação de leis, que proíbem a inclusão de assuntos estranhos ao tema original de um projeto ou MP. Um acordo, entretanto, assegurou que os temas serão incluídos em outras medidas provisórias em tramitação.

Aprovada MP que repassou quase R\$ 2 bi

O Plenário aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 637/2013, que abriu crédito de quase R\$ 2 bilhões para nove ministérios em dezembro. Seis deles aplicaram o dinheiro na administração direta e outros três repassaram as verbas à Polícia Rodoviária Federal (PRF), à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A maior parte desses recursos foi para o Ministério da Integração, que recebeu R\$ 1,3 bilhão para conter calamidades e situações de emergência com grave risco para a população. Parte dos recursos foi para a ampliação do valor do Auxílio Emergencial Financeiro, pago a famílias com renda mensal média de até dois salários mínimos. Além disso, o dinheiro será

investido em ações de socorro e assistência — como compra de cestas básicas, reparos nos sistemas de esgoto e abastecimento de água, perfuração de poços e restabelecimento de infraestrutura avariada.

O segundo maior repasse foi para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que recebeu R\$ 440 milhões para enfrentar problemas da seca, especialmente na Região Nordeste.

Subvenção a exportação será votada na terça

Foi apresentada ontem a primeira versão do relatório sobre a Medida Provisória 633/2013, que prorroga e amplia as subvenções da União para financiamentos a setores ligados à exportação, intensivos em tecnologia e de

produção de bens de capital. O presidente da comissão mista do Congresso destinada a analisar a medida provisória, senador Romero Jucá (PMDB-RR), concedeu vista coletiva para que os parlamentares conheçam o

texto do relator, deputado Fernando Francischini (SD-PR), e avisou que a votação do relatório final acontecerá na terça-feira. Até lá, Francischini analisará eventuais sugestões, além das 34 emendas já apresentadas.

Ferraço alerta para crescimento dos empréstimos aos estados

As operações de crédito em favor dos estados, que representavam 0,1% do produto interno bruto (PIB) em 2008, saltaram para 0,7% do PIB no ano passado, disse Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

O senador fez a observação quando a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) começou a examinar quatro pedidos do estado de São Paulo no valor global de US\$ 1,37 bilhão. Segundo Ferraço, desde o início da atual legislatura, em 2010, o Senado aprovou R\$ 50 bilhões em financiamentos externos estaduais. Os números mais expressivos, acrescentou, começaram após a crise de 2008-2009. Desde então, disse, o total das operações de crédito estaduais, internas e externas, já alcançou R\$ 100 bilhões. O mais grave, avalia, é que não houve aumento do investimento público nos estados, no pós-crise.

— O que cresceu foram as despesas correntes, especialmente as de pessoal,

em proporção maior que o crescimento das operações de crédito. Tivemos uma mera substituição de fontes, de receitas próprias pelas operações de crédito, para financiar investimentos — disse.

Em 2008, segundo Ferraço, os estados investiram 0,83% do PIB. Desse total, 15% correspondiam a operações de crédito e 85% a recursos próprios de caixa. Em 2013, os investimentos foram de 1% do PIB (com crescimento inferior a 0,2 ponto percentual), mas 63% desses valores foram financiados com operações de crédito, ressaltou.

— Os números indicam que a realização de investimentos nos estados depende cada vez mais de operações de crédito. Quando os recursos desses financiamentos não mais estiverem no caixa deles, como os governos estaduais farão novos investimentos? Contratarão mais e mais dívidas? Ou, mais fácil, aumentarão a já aviltante carga de impostos sobre seus cidadãos?



Lia de Paula/Agência Senado

Ferraço teme que situação acabe provocando aumento da carga de impostos

Senadores pedem retomada da discussão sobre pacto federativo

A aprovação de projeto que reduz os encargos das dívidas dos estados e dos municípios pode aliviar os estados de “encargos insuportáveis” e liberar mais dinheiro para investimento público, disse Luiz Henrique (PMDB-SC)

O senador foi relator da proposta (PLC 99/2013) na CAE e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto retornou ao Plenário após as duas comissões terem rejeitado de emendas de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que os estados são sacrificados pela cobrança de juros elevados pelo governo federal e sugeriu um convite ao secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, para discutir a situação das dívidas.

Após lembrar que o PLC 99/2013 integrava um conjunto de medidas propostas pelo governo federal no início do ano passado, Gleisi Hoffmann (PT-PR) considerou oportuno retomar a discussão de assuntos correlatos como a

reforma do ICMS, a compensação a estados pela redução das alíquotas e a convalidação dos incentivos fiscais. Para Ferraço, a rediscussão desses temas torna-se especialmente importante após o parecer do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pela aprovação da Proposta de Súmula Vinculante 69, que pode estender a toda a administração pública entendimento do STF quanto à inconstitucionalidade dos incentivos fiscais concedidos pelos estados.

Para Armando Monteiro (PTB-PE), o problema dos estados é sistêmico, com grande incremento do gasto de custeio, “que às vezes é de má qualidade”.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) considerou equilibrada a relação entre dívida e receita líquida no estado de São Paulo, melhor do que a definida na Lei de Responsabilidade Fiscal. Em 2014, a projeção é de investimento superior a R\$ 20 bilhões.

Senado aprova redução de imposto de microempresas

Os estados não poderão usar a substituição tributária indiscriminadamente, mas nem todas as empresas serão beneficiadas em razão de alteração do texto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos

O SENADO APROVOU ontem projeto de lei (PLS 323/2010) que alivia a carga tributária das micros e pequenas empresas, impondo limite à adoção pelos estados da substituição tributária, mecanismo que obriga a empresa a pagar o imposto devido pelos clientes ao longo da cadeia de comercialização.

A cobrança reduz, na prática, os benefícios do tratamento diferenciado dado às microempresas pela Constituição e pela Lei Complementar 123/2006, avaliou o relator da proposta, Armando Monteiro (PTB-PE).

Emenda

No parecer, Armando acolheu parcialmente emenda de Eduardo Suplicy (PT-SP) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) à proposta aprovada na CAE, que excluía praticamente todas as microempresas do regime de substituição tributária, para reduzir o impacto sobre as finanças estaduais, já que cerca de 30% das arrecadações dos estados provêm da substituição tributária.

— As emendas permitiram que nós construíssemos uma solução negociada com o Confaz [Conselho Nacional de Política Fazendária] e, ao final, chegamos a um resultado que garante a exclusão de um grande número de empresas desse mecanismo de substituição tributária, mas



Armando Monteiro: o projeto resgata os benefícios do Simples Nacional

com um impacto suportável para os fiscos, portanto, um bom acordo — comemorou o relator.

Armando estimou em 1,5 milhão o número de empresas submetidas a esse regime, que, com a mudança, ficaria reduzido a 300 mil.

— Mesmo o impacto fiscal será, a médio prazo, compensado pelo dinamismo da atividade econômica e da liberação da energia empreendedora que esse país tem — afirmou.

Benefícios

De acordo com José Pimentel (PT-CE), a proposta vai beneficiar 8,5 milhões de micros e pequenas empresas. Ele lembrou que, somente em 2013, essas empresas geraram 1,1 milhão de empregos.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) reconheceu que os estados precisam de mais recursos, mas disse que isso não pode prejudicar as micros e peque-

nas empresas. A senadora acrescentou que a Câmara já sinalizou que vai aprovar a matéria nos mesmos moldes do Senado. Assim, a matéria já vai à sanção e as mudanças na lei serão mais rápidas.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Lúcia Vânia também elogiaram a aprovação da proposta. Os senadores concordaram que o uso indiscriminado da substituição tributária pelos estados tem prejudicado as pequenas empresas e anulado os benefícios do Simples Nacional.

Burocracia

Durante a tramitação na CAE, Armando também incluiu medidas para reduzir a burocracia no recolhimento do Simples, como proibir a exigência de “obrigações tributárias acessórias unilaterais” pelos estados. Segundo o substitutivo, as únicas exigências aceitas são as que constam do portal do Simples Nacional.

Avança estímulo à cooperação entre academia e empresa

A interação entre o meio acadêmico e o setor produtivo é um dos objetivos de projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Já acolhida pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a proposta também estabelece normas para licitações no âmbito dos projetos de pesquisa, a fim de simplificar o procedimento de compras e aquisições nas universidades e institutos da área.

O texto inicial (PLS 619/2011), apresentado por Eduardo Braga (PMDB-AM), tinha como objetivo estabelecer o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Mas o relator na CCJ, Luiz Henrique (PMDB-SC), entendeu que vários artigos do projeto constituem reprodução desnecessária de leis já vigentes, enquanto outros apresentam vícios de inconstitucionalidade.



Lindbergh Farias preside sessão da CAE que aprovou substitutivo de Luiz Henrique

de. Por isso, ele optou por fazer alterações na Lei da Inovação (Lei 10.973/2004), acrescentando conceitos como o de incubadora de empresas e parque tecnológico.

O substitutivo prevê também alianças estratégicas e projetos de cooperação entre instituições científicas e tecnológicas, empresas nacionais, incubadoras, parques tecnológicos e organizações de direito privado sem fins

lucrativos para a geração de produtos, serviços e processos inovadores.

O relator na CAE, Walter Pinheiro (PT-BA), apresentou parecer favorável ao substitutivo da CCJ, lido por Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Após a deliberação da CAE, o projeto será encaminhado à Comissão Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para decisão terminativa.

Plenário autoriza Simone Freire para diretoria da ANS

O Senado aprovou ontem, por 42 votos a 9, a indicação de Simone Sanches Freire para cargo de direção na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS),



concurso para especialista de regulação em saúde suplementar. Desde 2013 é diretora-adjunta de Gestão da ANS.

— É uma das melhores indicações

que o Poder Executivo fez — disse o relator da indicação, Jayme Campos (DEM-MT).

Simone começou na ANS em 2002, em contrato temporário. Em 2005, foi admitida no cargo efetivo de analista administrativo, especialidade em direito. Atuou na corregedoria até novembro de 2007, quando foi aprovada em

A indicação também foi apoiada por Cyro Miranda (PSDB-GO). Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse considerar que ela mereceu a indicação e a aprovação dos senadores.

José Carlos da Silva Moutinho será diretor da Anvisa

O nome de José Carlos Magalhães da Silva Moutinho (foto) para cargo de direção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado por 46 votos a 12.



e colaborou para a atualização do marco regulatório de medicamentos similares e genéricos. Hoje é gerente de Projetos do gabinete do diretor-presidente da agência.

— Ele tem uma história na Anvisa desde o ano 2000, passando por gerências e assessorias dos mais diversos órgãos internos de regulação daquela agência — disse o relator da indicação, Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Moutinho é português e, pela lei, possui igualdade de direitos e obrigações civis e de direitos políticos no Brasil. Na Anvisa, acompanhou processos de concessão de registros de medicamentos

Dois indicados a agências serão sabatinados hoje em comissão

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) fará hoje sabatina de Jaime César de Moura Oliveira e José Carlos de Souza Abrahão, indicados para diretorias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Agência Nacional de Saúde (ANS).

Depois da decisão, em votação secreta, a CAS vai examinar projetos, entre os quais o PLS 466/2013, do senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT), que prevê a emissão da carteira de trabalho (CTPS) por meio eletrônico. Retor-

nam à pauta dois projetos em tramitação conjunta que definem procedimentos para apurar responsabilidades e estabelecer sanções para gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) omissos ou envolvidos em atos ilícitos.

Advogado com dois mestradados, Oliveira está sendo designado para novo mandato na Anvisa. Abrahão tem mais de 30 anos de experiência, tendo ocupado cargos de direção clínica de serviços pediátricos, além de atividades de gestão hospitalar.

Parto humanizado entra na pauta de debates em maio

A humanização do parto no Brasil deverá ser tema de audiência pública nas Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) no dia 28 de maio. Requerimento de Ana Rita (PT-ES) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pedindo a audiência conjunta foi aprovado ontem na CDH.

O debate será promovido pela ocasião do Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e do Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna e Infantil, ambos

celebrados na data marcada para a audiência. Serão convidados para o debate a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti; o ministro da Saúde, Arthur Chioro; a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci; e representantes de entidades ligadas à saúde e às mulheres.

A comissão aprovou ainda requerimento da senadora Ana Rita, presidente da CDH, solicitando uma diligência no Espírito Santo.

Segue para a Câmara projeto que dá a técnicos benefícios do Bolsa-Atleta

Pelo texto, bacharel em educação física terá direito ao equivalente a 10% do recebido pelos atletas treinados, com o máximo de dez bolsas

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) confirmou, em turno suplementar, o texto de proposta que estende aos técnicos os benefícios do Programa Bolsa-Atleta. Ontem o colegiado adotou em definitivo o substitutivo aprovado no início do mês, de autoria de Paulo Paim (PT-RS). Agora o texto segue para a Câmara, a menos que haja recurso para

decisão final no Plenário.

Pela proposta, os técnicos devem ganhar estímulo correspondente a 10% do valor do benefício recebido pelos atletas deles, sendo possível acumular até dez bolsas. Paim acatou parcialmente projeto do ex-senador Expedito Júnior (PLS 332/2009), rejeitando o PLS 134/2010, do ex-senador Marconi Perillo.

Para ter direito ao benefício, o técnico não poderá receber salário de entidade de prática desportiva. Também exige-se que ele esteja vinculado ao atleta beneficiado por pelo menos um ano e que tenha diploma de bacharel em educação física. A concessão do benefício será automaticamente extinta assim que for desfeito o vínculo técnico-atleta.

Segundo Paim, a limitação de dez atletas por técnico, como teto para o benefício, visa evitar o “aumento oportunista” da quantidade de esportistas a serem treinados, em detrimento da melhor qualificação. Para ele, a exigência de vínculo com o atleta há pelo menos um ano também ajudará a evitar o mesmo tipo de aproveitamento.

Esporte feminino

A CE também confirmou substitutivo que institui o ano de 2014 como Ano Nacional do Esporte Feminino. O projeto da Câmara dos Deputados (PLC 48/2013) foi modificado pela relatora na CE, Ângela Portela (PT-RR).

No substitutivo, ela apenas atualizou para 2014 o ano comemorativo, tendo em conta a defasagem com que a proposta da deputada Luci Choinacki (PT-SC), apresentada em 2013, chegou para exame na comissão. Como houve modificação no texto, a proposta retornará para avaliação na Câmara.



Cyro Miranda preside a Comissão de Educação e Esporte, que aprovou ontem texto substitutivo apresentado por Paulo Paim

Aldo Rebelo pode ser convocado por comissão

A Comissão de Educação (CE) vai cobrar do ministro do Esporte, Aldo Rebelo, posição final sobre a vinda dele ao colegiado para atender convite aprovado em fevereiro. O atraso na marcação da audiência foi abordado pelo presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), ao fim da reunião de ontem. Não está descartada a hipótese de aprovação de convocação, que torna a presença obrigatória, caso se prolongue a ausência de manifestação sobre a data.

— Não consigo entender que desde fevereiro o ministro não tenha encontrado uma hora e meia para vir aqui — comentou o senador, após dizer que o ministro alega estar sempre em viagem para adiar a vinda.

Rebelo foi convidado para falar sobre os planos e ações da pasta para o ano, inclusive as medidas relacionadas à realização da Copa do Mundo. Os ministros da Educação, Henrique Paim, e da Cultura, Marta Suplicy, foram igualmente convidados e já

compareceram. O senador observou que a presença de Rebelo é muito importante, especialmente diante dos atrasos na preparação do país para a Copa do Mundo.

— O Brasil está na marca do pênalti, literalmente — observou Cyro, salientando que a comissão está sendo impedida de debater as dificuldades e, assim, poder colaborar com eventuais soluções.

Ele confirmou que vai esperar uma definição até o fim da primeira quinzena de maio.

Não havendo solução, disse que logo em seguida tomará as providências necessárias para assegurar o comparecimento.

O senador aproveitou a reunião para manifestar, em nome de todos os colegas de comissão, solidariedade e apoio a Daniel Alves, que integra a equipe do Barcelona, da Espanha. Também jogador da Seleção Brasileira, ele foi vítima de manifestação racista no campo do Villarreal, durante partida do Campeonato Espanhol disputada no domingo.

Senado terá sistema de informação turística

O aumento do número de turistas durante a Copa do Mundo deve levar o Senado e o governo do Distrito Federal a firmar parceria para a implementação de dispositivos que aumentam a quantidade de informações em peças, obras de arte e pontos de visitação da Casa.

A proposta foi feita pelo secretário de Turismo do Distrito Federal, Luiz Otávio Neves, que apresentou aplicativo ao diretor-geral do Senado, Helder Rebouças. O sistema, instalado em telefones celulares e tablets, recebe informações quando o usuário se aproxima de um pequeno aparelho fixado nos pontos de interesse. O aplicativo funcio-

na com o recurso de voz dos telefones em português, inglês e espanhol nas plataformas IOS, da linha Apple, e Android, do Google. Ainda está em estudo a possibilidade de

tradução para outros idiomas.

A expectativa é que o acordo seja assinado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelo governador do DF, Agnelo Queiroz, ainda em maio, pos-

sibilitando que a novidade já seja utilizada pelos visitantes durante a Copa.

Helder afirmou que submeterá o tema com a maior celeridade possível à Comissão Diretora da Casa.

— Uma das determinações do presidente Renan Calheiros e da Mesa Diretora é de que o Senado possa ser uma instituição absolutamente aberta e transparente. E essa parceria com a Secretaria de Turismo do DF, que vai permitir um acesso com mais informações sobre a história do Senado Federal, está exatamente dentro desse eixo, principalmente num período em que teremos visitantes estrangeiros — disse o diretor.



Helder Rebouças (D) e Luiz Otávio Neves (C) acompanham demonstração do aplicativo



Waldemir Barreto/Agência Senado

A Arena da Baixada vai ficar pronta a tempo, informou o senador

Valadares elogia andamento das obras da Copa em Curitiba

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse ontem estar otimista com o andamento das obras para a Copa do Mundo em Curitiba. Ele fez parte da comitiva de parlamentares que fez visita de inspeção às obras da Arena da Baixada e de ampliação do Aeroporto Afonso Pena.

Para o senador, apesar da preocupação da Fifa e da CBF com o atraso, as obras seguem em ritmo acelerado e a Arena da Baixada será inaugurada a tempo. Ele também falou da criação de mais oportunidades para o turismo.

— As obras de mobilidade urbana irão contribuir substancialmente para a melhoria da oferta de transporte e do tráfego, antes e depois da Copa — afirmou.

Rolleberg critica proposta que retira recursos da cultura

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) criticou o projeto em discussão na Câmara Legislativa do Distrito Federal que, na avaliação dele, anula os efeitos do Fundo de Apoio à Cultura e constitui retrocesso no apoio aos artistas locais. O senador informou que o projeto permite ao Poder Executivo do Distrito Federal alocar para outros fins a verba do fundo de cultura. Ele frisou que tal procedimento já foi declarado inconstitucional, mas, por meio do atual projeto, o governo distrital “volta a bater na mesma tecla”.

Rolleberg declarou solidariedade aos artistas do Distrito Federal, que têm se manifestado a favor da preservação dos recursos do fundo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senador manifestou solidariedade aos artistas do Distrito Federal

Código Penal requer ajustes para enfrentar vandalismo, defende juiz

Em audiência pública, integrante do Conselho Nacional de Justiça debateu com senadores a proposta de reforma da lei penal brasileira

APÓS DEFENDER AJUSTES do novo Código Penal às mudanças sociais, econômicas e políticas em curso, o juiz Guilherme Calmon Nogueira da Gama, membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), reconheceu a incapacidade do atual sistema de Justiça penal para lidar com excessos registrados em recentes protestos de rua pelo país. A repressão a atos de vandalismo nessas manifestações é objeto de projeto de lei — PLS 508/2013, do senador Armando Monteiro (PTB-PE) — em pauta para votação hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

— É preciso garantir que essas manifestações ocorram de forma pacífica, o que não vem ocorrendo. Há uma zona de equilíbrio que precisa ser alcançada para atuar preventivamente no que tange a esses abusos — recomendou Calmon ontem, durante audiência da CCJ para instruir a votação do projeto de reforma do Código Penal (PLS 236/2012).

O conselheiro do CNJ considerou adequado o tratamento dado à questão no substitutivo ao PLS 236, elaborado pelo senador Pedro Taques (PDT-MT) para a comissão especial do

Código Penal. Taques também é relator do PLS 508/2013, que altera o Código Penal para estabelecer como circunstância agravante de pena o uso de máscara, capacete ou qualquer utensílio que dificulte a identificação de quem praticar atos de vandalismo em manifestações públicas.

Inflação legislativa

Apesar de elogiar o enfoque sobre a violência em protestos de rua, Calmon fez críticas a outros pontos do substitutivo ao PLS 236, que tem o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) — também relator da comissão

especial — como relator na CCJ. O conselheiro discordou, por exemplo, da inclusão das práticas de corrupção ativa e passiva e de peculato no rol de crimes hediondos.

— Na ânsia de abarcar o maior número de condutas como crime, pode-se estar deslegitimando o sistema de Justiça penal. Faço um apelo ao Senado para ter cautela quanto ao fenômeno da inflação legislativa, gerando uma quase banalização na área do direito penal, que, em vez de proteger e tutelar, poderá ter um efeito contrário — advertiu Calmon.

Suplicy cobra apuração da morte do bailarino DG, no Rio de Janeiro

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou Regina Casé, apresentadora do programa *Esquenta*, da Rede Globo, pela homenagem feita no domingo ao bailarino Douglas Rafael da Silva Pereira, o DG, morto semana passada no morro do Pavão-Pavãozinho, no Rio de Janeiro, com um tiro pelas costas. O senador cobrou apuração mais rigorosa de crimes como homicídio, latrocínio e estupro.

— A possibilidade de impunidade tem facilitado em muito a execução de crimes como esse — afirmou.

Suplicy também leu nota da direção da associação Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), que se solidarizou com o defensor-geral do estado do Rio de Janeiro, Nilson Bruno, vítima de racismo. A associação lembra casos recentes de racismo, lamenta a baixa participação de negros na administração pública e critica quem se autodeclara negro ou pobre para concorrer a vagas destinadas às cotas raciais e sociais em vestibular.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Manifestação do centro do Rio de Janeiro: projeto agrava a pena para quem usar máscaras, capacetes ou qualquer acessório que dificulte identificação

Conselheiro propõe ampliar penas alternativas

O juiz Guilherme Calmon defendeu a ampliação das penas alternativas no processo de revisão do Código Penal durante a audiência de ontem da Comissão de Constituição e Justiça. Os senadores do PT Eduardo Suplicy (SP) e Ana Rita (ES) manifestaram pontos de vista semelhantes.

Na avaliação do juiz, o tratamento dado à questão no substitutivo elaborado pelo senador Pedro Taques, em análise na CCJ, ainda é

insuficiente. Taques foi relator da matéria na comissão especial de reforma do Código Penal.

Como o CNJ instalou recentemente um fórum de discussões sobre alternativas penais, que deverá resultar em um evento ainda neste ano, Calmon se comprometeu a encaminhar sugestões para aprimorar o PLS 236/2012 ao relator atual do texto, senador Vital do Rêgo, que também preside a CCJ.

A redução da maioria penal foi outro tema abordado pelo juiz Guilherme Calmon durante a audiência de ontem. O questionamento foi levantado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que disse ainda não ter opinião formada sobre o assunto.

— É certo que o adolescente de quase 18 anos já tem amadurecimento suficiente para entender a gravidade da conduta. Mas simplesmente transferi-lo para o sistema

carcerário não será a solução. Em vez de resolver, vai piorar o sistema — afirmou Guilherme Calmon.

Ao analisar o projeto de revisão do Código Penal, o juiz sugeriu que alguns temas penais sejam tratados por leis específicas. Essa abordagem à parte se aplicaria, conforme observou, aos crimes cibernéticos e ao tráfico de pessoas, que ainda não teriam sido tratados adequadamente pela legislação brasileira.

— A não proteção efetiva e adequada tem servido como mote para violações cada vez mais hediondas — comentou Calmon, em relação ao crime de tráfico de pessoas.

A exemplo das alternativas penais, o juiz se comprometeu a encaminhar ao relator do PLS 236/2012, Vital do Rêgo, sugestões para aperfeiçoar o combate legal aos crimes cibernéticos e ao tráfico de pessoas. A possibilidade de esses delitos serem tratados em leis específicas, sem aguardar, portanto, a aprovação do novo Código Penal, traria a vantagem de acelerar a repressão judicial a eles.

Ana Rita celebra o Dia Internacional do Trabalho, 1º de maio

A senadora Ana Rita (PT-ES) saudou o Dia Internacional do Trabalho, comemorado em 1º de maio, lembrando que ele foi criado em homenagem a trabalhadores norte-americanos que fizeram uma grande greve em 1896 pedindo a redução da jornada de trabalho de 14 para 8 horas por dia.

Ana Rita informou que, neste 1º de Maio, as centrais sindicais farão manifestações em todo o país em defesa, por exemplo, do fim do fator previdenciário, valorização das aposentadorias, reforma política e correção da tabela do Imposto de Renda.

A senadora ainda defendeu a aprovação do projeto que regulamenta a Emenda Constitucional 72, que estendeu aos trabalhadores domésticos os direitos dos demais trabalhadores.

— A Emenda das Domésticas garantiu 16 direitos trabalhistas para a categoria, mas 7 permanecem em aberto, à espera da regulamentação: indenização em demissões sem justa causa, conta do FGTS, salário-família, adicional noturno, auxílio-creche, seguro-desemprego e seguro contra acidentes de trabalho — lembrou.



Guilherme Calmon participa de audiência na CCJ, presidida por Vital do Rêgo, para discutir a reforma do Código Penal

Investigação da Polícia Civil do Rio de Janeiro foi criticada pela Comissão de Direitos Humanos. Senadores pedirão ao ministro da Justiça que acione a Polícia Federal

Comissão acompanhará apuração da morte de coronel

ANTES DE ANALISAR a pauta prevista para ontem, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) fez uma reunião de trabalho para debater a morte do coronel Paulo Malhães, assassinado sexta-feira. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), João Capiberibe (PSB-AP) e a presidente da comissão, Ana Rita (PT-ES), querem se reunir com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e vão ao Rio de Janeiro para acompanhar a investigação do caso.

O coronel foi morto na casa dele um mês depois de dar depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Na ocasião, ele afirmou ter participado do desaparecimento dos restos mortais do deputado Rubens Paiva e contou com detalhes como os militares faziam para sumir com os corpos dos que haviam sido torturados e mortos durante a ditadura.

Segundo o presidente da Comissão da Verdade do Rio, Wadih Damous, que participou da reunião na CDH, o coronel foi o primeiro agente que resolveu falar entre todos os que foram convocados e a confirmar que a tortura e a morte constituíram uma política de Estado, e não excessos de alguns agentes. Ele esteve envolvido em vários episódios, como a idealização da Casa da Morte, o desaparecimento dos corpos na Guerrilha do Araguaia, entre outros.

Na avaliação de Damous, as circunstâncias da morte de Malhães são muito suspeitas



Presidente da comissão, Ana Rita quer ouvir ministra de Direitos Humanos

e precisam ser investigadas. Na opinião do senador João Capiberibe, presidente da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, o Estado falhou em não proteger o coronel Malhães e o assassinato do militar prejudica o trabalho das comissões que apuram a verdade sobre os crimes cometidos durante a ditadura.

— O assassinato do coronel Malhães coloca em dificuldade a apuração da verdade, pois inibe a participação de outros pretensos depoentes, que, certamente devem estar assustados — disse.

Ana Rita disse que pediu uma reunião com o ministro da Justiça e com a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, para tratar do tema e pedir o ingresso da Polícia Federal na investigação do caso. Randolfe espera que a reunião seja ainda hoje.

— Eu espero que nós ainda possamos ter no dia de hoje uma resposta do ministro da Justiça, parece que ele nos receberá hoje e é importante

ele receber a nós e ao presidente da Comissão Estadual da Verdade do Rio — afirmou.

Diligência

Após a abertura da reunião deliberativa, a comissão aprovou requerimento extrapauta de Randolfe para que o colegiado faça uma diligência ao Rio de Janeiro a fim de acompanhar as investigações da morte do coronel Malhães.

Randolfe criticou o que ele acredita ser uma tentativa da polícia civil de classificar o caso como um latrocínio comum e o fato de ela ter rejeitado a atuação da Polícia Federal.

— Eu lamento a forma como [a Polícia Civil do Rio de Janeiro] está tratando o caso, o fato de não aceitar a participação da Polícia Federal, aceitar o depoimento do caseiro como encerramento do caso — disse.

O senador destacou que o jornal *O Dia*, na edição de ontem, anunciou que o site do coronel Brilhante Ustra noticiou a morte de Malhães 31 minutos antes de toda a imprensa.

Capiberibe vê crime como intimidação a novas testemunhas

João Capiberibe (PSB-AP) acredita que o assassinato do coronel Paulo Malhães não é um caso de roubo seguido de morte nem tão somente um caso de queima de arquivo.

O senador lembrou que, até agora, Paulo Malhães foi o único a confessar à Comissão da Verdade que torturou presos políticos durante



o regime militar. Para Capiberibe, o depoimento de Malhães foi uma grande contribuição para o esclarecimento dos crimes da ditadura militar.

— Eu também levanto outra possibilidade: como ele foi o único a informar sobre os crimes da ditadura, acho que esse crime tem como objetivo novos depoentes — disse.

Randolfe lamenta falta de proteção do Estado a Malhães

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) criticou ontem em Plenário a falta de proteção do Estado ao coronel Paulo Malhães.

O senador também estranhou que a morte de Malhães tenha sido divulgada, primeiramente, numa página da internet ligada a Carlos Alberto Brilhante Ustra, militar reformado que foi reconheci-



do pela Justiça como torturador durante a ditadura militar. Somente 31 minutos depois, a notícia foi divulgada pela imprensa nacional, salientou o senador.

Randolfe aproveitou para defender a reforma da Lei da Anistia, a fim de assegurar a punição dos envolvidos em torturas durante a ditadura militar.

Adiada votação da MP que prorroga prazo da Comissão da Verdade

Por falta de acordo, a votação na comissão mista do parecer do relator, Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), à Medida Provisória (MP) 632/2013 foi adiada para terça-feira. A MP prorroga por sete meses o prazo de funcionamento da Comissão Nacional da Verdade (CNV).



A medida provisória também aumentará salários de servidores das agências reguladoras e de órgãos federais, altera pontos da lei do regime dos servidores federais (Lei 8.112/1990) e prorroga contratos temporários de ministérios.

A MP tem vigência até 2 de junho. (Da Agência Câmara)

Texto regulamenta licença-maternidade e licença-paternidade para militares

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto que regulamenta licença à gestante e ao pai nas Forças Armadas. O texto (PLC 22/2013) segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta inclui ainda o direito à licença para adotantes.

Pelo projeto, a militar terá direito a licença-maternidade de 120 dias, prorrogáveis por mais 60. Em caso de aborto, a militar terá direito a 30 dias de licença para tratamento de saúde.

Para adotantes, o projeto garante licença remunerada por 90 dias (criança com até 1 ano de idade) e por 30 dias (mais de 1 ano). Já o militar terá direito a cinco dias seguidos.

Para o relator, João Capiberibe (PSB-AP), o projeto cria a base legal necessária para estender direitos fundamentais aos militares, protegendo as famílias.

Avança no Senado nova versão de projeto para registro de filhos pelas mães

O projeto que permite a mãe registrar em cartório o nascimento do filho, em condições de igualdade com o pai, foi ontem novamente aprovado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e volta à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), antes de retornar a Plenário. O texto (PLC 16/2013) já havia passado pelas comissões, mas precisou refazer o caminho porque no Plenário recebeu emenda de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

A emenda diz que a mãe ou pai, isoladamente ou em conjunto, podem registrar o filho desde que observem a Lei 12.662/2012, que afirma que o nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo não é prova ou presunção de paternidade.

Pela lei atual, o pai tem precedência para registro do filho e apenas quando se omite ou está impedido é que a mãe pode fazer o registro.

Guarda compartilhada poderá ser obrigatória em caso de desacordo dos pais

A guarda compartilhada do filho em caso de desacordo dos pais poderá ser obrigatória. A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem substitutivo de Ângela Portela ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 117/2013, que trata do tema.

Pelo substitutivo, em caso de desacordo quanto à guarda, se ambos os pais estiverem aptos para exercer o poder familiar, o juiz deverá aplicar a guarda compartilhada. A única exceção será quando um dos genitores não desejar cuidar do filho.

Para Ângela, o projeto visa evitar que filhos sejam usados por um dos pais para prejudicar o outro.

O texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Proposta reserva 20% de vagas em concursos federais para negros e pardos

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 29/2014, do Executivo, que reserva aos negros e pardos 20% das vagas nos concursos públicos federais pelos próximos dez anos. Poderão concorrer às vagas reservadas os candidatos que se declararem negros e pardos segundo os parâmetros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Haverá cota racial para concursos com três ou mais vagas. O projeto também prevê punições em caso de falsidade na declaração do candidato, que vão da eliminação do concurso à anulação da admissão.

A relatora na CDH, Ana Rita (PT-ES), defendeu a reserva lembrando o sucesso na adoção das cotas nas universidades.

O projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Marcello Casal Jr/ABR



Na opinião do autor, Aloysio Nunes, a dificuldade de obter a licença tem atrasado a construção das linhas de transmissão

Licença ambiental poderá ser exigida antes de leilões

Autor da proposta acredita que exigência de licença ambiental para participantes de leilões de linhas de transmissão disciplinará o planejamento no setor. Decisão final cabe à Comissão de Infraestrutura

OS RESPONSÁVEIS PELA realização de leilões para construção de linhas de transmissão de energia elétrica poderão ser obrigados a apresentar a licença prévia (LP) ambiental dos novos empreendimentos antes da realização dos leilões. A exigência consta de projeto aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Atualmente, a licença prévia deve ser requerida pela empresa que ganha a licitação, na fase preliminar do planejamento do empreendimento. Emitida

pelo órgão ambiental, a LP atesta a viabilidade ambiental e os requisitos básicos exigidos para a construção de linhas de distribuição de energia.

Conforme explica o autor do projeto (PLS 378/2013), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), dificuldades na obtenção da licença resultam em atrasos nas obras das linhas de transmissão. E sem essa infraestrutura de distribuição de energia, o abastecimento de muitas regiões exige o uso de termelétricas, o que eleva muito o custo do serviço.

Para ele, a obrigatoriedade

de apresentação da LP antes da realização de leilões no setor elétrico ajudará a disciplinar o planejamento setorial, “obrigando o Poder Executivo a ser mais eficiente no processo de coordenação da implantação de novos empreendimentos”.

Em voto favorável, o relator, Ivo Cassol (PP-RO), se disse assustado com os números dos atrasos de obras no setor elétrico. De acordo com o senador, a principal causa do problema é o tempo gasto na obtenção das licenças ambientais.

Vanessa defende atuação do governo em áreas de conservação

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) rebateu as críticas de que a presidente Dilma Rousseff teria demarcado menos áreas de proteção ambiental do que os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. A senadora lembrou que Dilma ainda não concluiu o quarto ano de mandato, enquanto Lula e Fernando Henrique governaram por oito anos.

Ela ressaltou que hoje quase 17% do território brasileiro é área de conservação e que



a meta é demarcar 30% da Amazônia e 10% dos demais biomas para conservação. Segundo a senadora, o esforço do Brasil tem sido destaque no empenho mundial para a preservação ambiental, pois 74% das áreas protegidas criadas em todo o mundo entre 2003 e 2008 foram em território nacional. Atualmente, observou Vanessa, o Brasil tem a quarta maior área terrestre sob proteção, atrás apenas de Estados Unidos, Rússia e China.

Adiada votação de parecer sobre isenção na importação de álcool

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 634/2013, que isenta os importadores de álcool do pagamento de PIS-Pasep-Importação e Cofins-Importação até 2016, adiou para terça-feira a votação do relatório de Eunício Oliveira (PMDB-CE).

A medida provisória também acaba com o crédito presumido instituído pela Lei 12.859/2013 nos casos de revenda de álcool adquirido no mercado interno. A MP 634/2013 tem vigência até 2 de junho.

(Da Agência Câmara)

Aloysio alerta para impacto da conta de luz na inflação de 2015

O líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), alertou sobre o aumento nas contas de luz das residências e indústrias no próximo ano



geração de energia. Segundo ele, o preço da energia elétrica para a indústria já está 24% mais alto do que na edição da medida provisória.

Aloysio disse que “devido ao gesto demagógico do governo” no ano passado, ao editar medida provisória que reduziu o preço das contas de eletricidade para aliviar a inflação e cativar a opinião pública.

Aloysio aponta um desmantelamento das principais empresas do setor, atingindo os planos de investimento em

em 2018 a energia das residências terá peso 50% maior no orçamento das famílias:

— Se no ano passado o fator conta de luz foi importante para que o IPCA ficasse dentro da meta em 2014, neste ano ela não vai ajudar mais. O preço da energia já está nas alturas e, em 2015, o impacto na inflação será inevitável.

Wellington Dias pede mais investimento em energia no Piauí

Wellington Dias (PT-PI) manifestou preocupação com o setor de energia no Piauí. Ele disse que a Companhia Energética do Piauí (Cepisa) vem en-



para a situação. O senador acrescentou que, dentro do Programa Luz para Todos, faltam apenas 11 mil ligações para a universalização da energia no Piauí. A

frentando problemas de gestão, tendo dificuldades para manter o fornecimento em algumas regiões.

Wellington disse que tanto o Ministério de Minas e Energia quanto a Eletrobras reconhecem a necessidade de mais investimentos no setor e pediu a atenção do governo

meta é concluir essas ligações até o final do ano.

— Por isso, estamos aqui cobrando agilidade na liberação desses recursos, para concluir o Programa Luz para Todos, melhorar a distribuição e evitar essa situação de insegurança na área de energia.

Ana Amélia critica barreiras da Argentina a produtos brasileiros

Ana Amélia (PP-RS) pediu mais uma vez ao governo uma solução para as barreiras que prejudicam as exportações para a Argentina. Ela advertiu que essas barreiras criam problemas não só econômicos, mas também sociais, porque cada vez que o Rio Grande do Sul deixa de vender sapatos para os argentinos, por exemplo, empregos são colocados em risco.

Segundo a senadora, de 1980 para cá o comércio com o país vizinho cresceu 34



vezes, mas os obstáculos têm prejudicado as exportações.

— A agenda comercial interessa muito ao meu estado por conta também das barreiras impostas ao setor coureiro-

-calçadista, moveleiro e de máquina agrícola — relatou.

Ana Amélia também pediu ao governo uma solução para o problema envolvendo a usina térmica de Uruguaiana, que atende Brasil e Argentina, mas que no momento está operando de forma emergencial.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Leilão da faixa de frequência da internet móvel de quarta geração exigirá distância mínima entre antenas e nova numeração dos canais abertos. Consulta pública ao edital começa na sexta-feira

José Cruz/Agência Senado



Perrella (4º à esq.) conduz reunião com André Trindade, Ana Eliza, Antonino Guerra, Maximiliano Martinhão e Patrícia Ávila

Debatedores temem interferência do 4G na TV

REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO das Comunicações disseram ontem, durante audiência pública sobre o leilão da faixa de frequência de 700 MHz, que a pasta tem tomado precauções para garantir a convivência entre o sinal de TV digital e a internet móvel de quarta geração (4G). A expectativa do governo é a de que, com as normas que serão estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), seja possível evitar interferências. A partir de sexta-feira, o edital vai estar disponível para consulta pública por 30 dias na página da agência na internet.

O uso da faixa de 700 MHz para o 4G já acontece em outros países, como Estados Unidos e Japão. Segundo a Anatel, essa faixa permite que o sinal tenha alcance maior e propagação melhor do que a faixa de 2,5 GHz, primeira a ser leiloadada para prestação do 4G no Brasil, em junho de 2012. Outra vantagem é a menor necessidade de antenas.

A possibilidade de interferência do 4G sobre a transmissão da TV digital é a principal preocupação. Emissoras de TV querem adiar o leilão até que todas as hipóteses de interferência sejam solucionadas. Para mitigar as interferências, a proposta de regulamento cita uma distância mínima entre as antenas transmissoras e

os aparelhos receptores, alterações em antenas, mudança da potência dos sinais e instalação de filtros nos aparelhos.

Para a diretora de Tecnologia da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), Ana Eliza Faria, as medidas podem não ser suficientes.

— Etapas de preparação, que são fundamentais, estão sendo encurtadas e isso traz a insegurança técnica — disse.

André Felipe Seixas Trindade, engenheiro de sistemas de comunicação da Associação Brasileira de Rádio e Televisão, disse que, até atingir o objetivo do leilão, várias etapas complexas deverão ser vencidas.

— Elas envolvem o planejamento da TV digital, a universalização, a preparação das cidades para mitigação das interferências e o planejamento para a instalação.

Canais diferentes

De acordo com a secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Patrícia Ávila, a própria “limpeza da faixa de 700MHz”, com a redistribuição de canais de TV, diminuirá os casos de interferências. Para licitar a faixa, os canais de 2 a 13 e 52 a 69 serão realocados entre os números 14 e 51.

— O compromisso do ministro Paulo Bernardo é a licitação somente depois de concluído o replanejamento dos canais.

A Anatel tem feito testes em laboratório e em campo, na cidade de Pirenópolis (GO), a 150 quilômetros de Brasília. De acordo com o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Maximiliano Martinhão, os estudos apresentarão um cenário mais claro sobre os casos em que ocorrem interferências. Ele também afirmou que problemas no Japão e no Reino Unido têm sido superdimensionados.

— No caso britânico, a expectativa era de que até 8,5 milhões de domicílios teriam algum prejuízo. O estudo britânico refinou esse número para 90 mil domicílios — disse.

Antonino Santos Guerra, vice-chefe de Tecnologia da Informação e Comunicações do Exército, reivindicou dois blocos de 5 MHz cada um para ações das Forças Armadas e das polícias Federal, militar e civil. Ele afirmou que a ideia é padronizar o sistema para todos os órgãos públicos de segurança, gerando economia de gastos e interoperabilidade.

Para Walter Pinheiro (PT-BA), é fundamental a participação do Senado, por ser política de Estado. Ele, Anibal Diniz (PT-AC) e Zeze Perrella (PDT-MG) afirmaram que o uso da faixa para o 4G é um dos caminhos para a universalizar o acesso à internet. No dia 15, a CCT volta a debater o tema.

Anibal vê novo patamar de desenvolvimento

Waldemir Barreto/Agência Senado



Senador relata em Plenário a audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia

Em Plenário, Anibal Diniz (PT-AC) disse que o uso da faixa de 700 MHz pelo 4G pode influenciar a vida de milhões de brasileiros.

— Estamos diante de um novo patamar de desenvolvimento tecnológico, um dos caminhos para permitir a universalização da internet — afirmou.

Durante o discurso, o sena-

dor explicou os argumentos apresentados na audiência e relatou que, com a digitalização da televisão, a faixa de 700 MHz será liberada até 2016. Por orientação do Ministério das Comunicações, a Anatel deverá licitar essa banda de frequência para as operadoras do serviço móvel, visando à implantação do sistema tecnológico de quarta geração.

Mudanças climáticas já são alarmantes, alertam especialistas

Dias e noites mais quentes, ondas de calor, eventos de chuva extrema, aumento dos ciclones tropicais e prolongamento das secas. Esses são alguns dos cenários futuros apresentados no relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), debatido por especialistas ontem na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC). As alterações no clima provocam impactos físicos, econômicos e sociais em diversos países. Na América do Sul, a previsão é que a distribuição e o uso da água sejam afetados, assim como a produção de alimentos. A safra de trigo já caiu e pode cair também a de milho, soja e arroz.

— A mudança climática já é alarmante, com riscos irreversíveis, e vai necessitar um grande trabalho de adaptação, com medidas que devem ser tomadas rapidamente — alertou Osvaldo Luiz Leal de Moraes, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Medidas como o uso de materiais de construção adequados a climas diferentes, a contenção de enchentes, entre outras, foram apontadas pelo representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da

República, Sérgio Margulis.

O acordo internacional para mitigar o aumento da temperatura passa por uma mudança de comportamento em relação ao consumo. É o que defende Suzana Kahn, vice-presidente de um dos grupos de trabalho do IPCC.

— Se a gente considerar o aumento populacional no mundo, mantendo o mesmo padrão de consumo da classe média ocidental, não adianta.

Nesse sentido, os países mais poluidores são os de menor renda, que produzem bens para atender a demanda dos mais ricos. Na opinião de Suzana Kahn, os países consumidores também são responsáveis pelo aquecimento global.

O senador pelo Ceará e vice-presidente da comissão, Inácio Arruda (PCdoB), lembrou os três anos de estiagem seguida no Nordeste e questionou os participantes sobre as previsões climáticas para a região.

As respostas divergiram, com tendência de aumento da desertificação e períodos maiores de seca, mas também aumento de chuvas, ainda que com distribuição irregular. Estudos apontam que no litoral nordestino, nos últimos 50 anos, não houve mudança na quantidade de chuvas, ao contrário do interior.



Presidente da CMMC, deputado Alfredo Sirkis (2º à esq.) coordena debate

Comissão aprova envio de alunos a reuniões da ONU sobre o clima

O Senado analisa criar o Programa de Conscientização Ambiental para o Futuro, para promover a participação de estudantes do ensino médio em reuniões da Conferência das Partes (COP) das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. É o que prevê o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 104/2013, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

As reuniões da Conferência das Partes ocorrem anualmente. A próxima é a COP-20, que acontece em novembro em Lima, no Peru.

Pelo projeto, o Senado deverá selecionar anualmente,

por meio de um concurso nacional de redação, três estudantes dos dois últimos anos do ensino médio de escolas públicas estaduais credenciadas pelas secretarias de Educação e arcar com as despesas da viagem.

O relator, Cristovam Buarque (PDT-DF), apresentou voto favorável ao texto.



Relator na CMA, Cristovam Buarque apresentou parecer favorável

Senado + transparente

Secom | Criação e Marketing

É fácil
ficar sabendo



O Senado Federal busca ser cada vez mais **transparente**. Para isso, vai além de tornar **acessíveis as informações** sobre a instituição e os senadores. Ele se **antecipa às demandas** da sociedade ao divulgar amplamente o trabalho legislativo. Além disso, para estimular a **participação social** nas discussões do Parlamento, a Casa disponibiliza recursos de interatividade e espaços de **diálogo** com os cidadãos.

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

Saiba mais. Entre em contato
pelo Alô Senado:
0800 612211
www.senado.leg.br/alosenado

www.senado.leg.br

